

DIÁLOGOS ENTRE A UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO BÁSICA: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA

Maria de Fátima Oliveira¹

RESUMO

As transformações na produção do conhecimento histórico com a inserção de novas abordagens, novos problemas, novos objetos e, conseqüentemente, de novas fontes, possibilitaram e exigiram a incorporação de “novas linguagens” ao ensino de História. Práticas inovadoras em sala de aula como o uso do cinema, da música, de histórias em quadrinhos (HQ), entre outras, que já fazem parte do cotidiano do educando nas universidades, não têm a mesma inserção nas escolas públicas da educação básica. Essa comunicação visa apresentar algumas reflexões e resultados com a execução de um curso de extensão sobre as particularidades do uso de tais linguagens como mediadoras no processo ensino/aprendizagem de História e de sua contribuição para uma melhor formação e atuação profissional.

Palavras-chave: Ensino de História, Formação profissional, Educação Básica, Universidade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a preocupação em favor de um ensino de História mais dinâmico, prazeroso e conseqüente tem produzido bons resultados por meio de debates, publicações, grupos de estudos, congressos, seminários e diversas modalidades de eventos voltados para esta temática da área da História. Se por um lado essa nova postura tem se refletido de modo muito positivo no cotidiano da sala de aula nos cursos de graduação, por outro, seus efeitos são diminutos e com muito menos intensidade na educação básica. As razões desse descompasso podem ser atribuídas às poucas possibilidades que os docentes desse nível de ensino têm de se envolverem nesse tipo de eventos e discussões, pois suas condições profissionais são bem mais limitadas que as dos docentes das universidades. Mesmo concordando com a historiadora Carla Bassanezi Pinsky (2009), quando ela afirma que “Os currículos escolares e o próprio trabalho em sala de aula têm procurado acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos nas universidades” (PINSKY, 2009, p. 7), ainda

¹ Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: proffatima@hotmail.com
Para participação no evento, foi feita solicitação de apoio financeiro à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

prevalece bastante acentuado o descompasso entre o que um professor em formação estuda na universidade e a prática de um professor em exercício na educação básica da escola pública.

Entendemos que, apesar das dificuldades e limitações, os professores de modo geral, e os professores de História em particular, precisam estar atentos para as mudanças teóricometodológicas e para a necessidade de renovação das práticas pedagógicas voltadas para uma aprendizagem mais significativa e consciente no ensino de História. Tais práticas referem-se tanto à valorização do conhecimento prévio do educando sobre a temática a ser estudada, quanto à atenção às mudanças que acontecem na produção do conhecimento histórico e a relação entre esse saber histórico e o saber escolar, numa constante troca de experiências através de debates e críticas.

Nesse processo, é imprescindível que os professores busquem conhecer as possibilidades e especificidades do uso de novas linguagens, ou modos de abordagem do ensino da disciplina História, visando atender à sensibilidade dos educandos, pois utilizá-las indiscriminadamente, sem um conhecimento prévio e embasamento teórico apropriado, pode resultar muitas das vezes, numa prática superficial e até prejudicial a esse mesmo processo.

As tentativas de incorporação dessa pluralidade de manifestações das experiências humanas ao ensino são importantes e contribuem para o desenvolvimento de atitudes mais críticas diante da realidade, pois são geralmente práticas que muitas das vezes fazem parte do cotidiano do educando, e se bem utilizadas podem contribuir para melhorar e enriquecer o processo ensino/aprendizagem de História. Mas o processo para incorporar essas “novas” linguagens ao ensino da História, explorando novos objetos, fontes e abordagens, e conseqüentemente proporcionar aulas mais prazerosas e significativas não é simples; ele exige do professor o desenvolvimento de habilidades e domínio das diferentes linguagens que possibilite a articulação entre teoria e prática.

Como tentativa de promover esta aproximação entre a universidade e a educação básica, visando um diálogo contínuo e a troca de experiências, desenvolvemos um curso de extensão² que foi oferecido em quatro edições consecutivas. A iniciativa partiu de inquietações vivenciadas na docência com o componente curricular Estágio Supervisionado no Curso de História. O contato com a realidade das escolas de educação básica evidenciou que, além de haver muita defasagem entre o programa de ensino da universidade para a graduação e a prática dos professores após sua formação, há uma carência de cursos voltados

² O curso de extensão foi oferecido aos professores da rede pública de educação e graduandos de licenciaturas de História. Alguns licenciandos do curso de História participaram como monitores na elaboração e execução dos módulos selecionados.

para a formação continuada para os professores em exercício na educação básica. Assim, o objetivo do curso foi tentar diminuir a referida defasagem acima mencionada, além de contribuir para uma melhor capacitação dos futuros professores de História em formação.

METODOLOGIA

Os avanços referentes às concepções teóricas sobre ensino aprendizagem que propõem novas posturas pedagógicas, tanto do professor quanto do educando, passaram a valorizar diversas metodologias e didáticas facilitadoras de uma aprendizagem dialógica e mais significativa. Nesse contexto, “novas linguagens” vêm sendo incorporadas ao ensino da disciplina História. O uso dessas linguagens tem se mostrado muito benéfico, mas acreditamos que sua prática precisa ser acompanhada, e mesmo antecipada de uma teoria que reflita sobre suas particularidades.

Algumas mudanças têm se processado nos currículos dos cursos de licenciaturas em História, no sentido de exercitar a prática curricular desde as séries iniciais e de formar professores pesquisadores, buscando acabar com a dicotomia licenciatura versus bacharelado e docência versus pesquisa. A experiência tem mostrado que ensino, pesquisa e extensão são realmente partes de um mesmo processo e que o ensino ou a didática da História não é um apêndice da História, mas, ao contrário, deve ser percebida no conjunto da História e não pode prescindir da teoria e da pesquisa. Essas alterações vêm se processando também na produção do conhecimento histórico e colocam, assim, a necessidade de se repensar as práticas do ensino de História na sala de aula, pois o ensino da disciplina História na educação básica não tem conseguido acompanhar satisfatoriamente essas transformações. De acordo com Leandro Karnal “[...] sendo o ‘fazer histórico’ mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é” (KARNAL, 2003, p. 8), e essa mutação não tem sido percebida na prática da grande maioria das escolas.

Nessa perspectiva, observamos que, embora os professores procurem inovar suas aulas, utilizando com bastante frequência as “novas” linguagens no ensino de História, na maioria das vezes este procedimento não é acompanhado de uma reflexão teórica, nem é feito de forma planejada. Reforçamos que não basta que professores façam uso de novas tecnologias e novas linguagens no ensino, mas que essa nova postura precisa ser redimensionada com os currículos e com as práticas pedagógicas de modo geral, pois como bem observa Maria Auxiliadora Schmidt “A relação da escola com estas novas tecnologias,

em geral, tem sido contraditória” (SCHMIDT, 1997, p. 63). O que se percebe é que ainda há uma defasagem significativa entre as práticas pedagógicas do ensino de História vigentes na universidade e as da educação básica, daí a necessidade de sociabilização do conhecimento produzido e praticado na universidade com essas escolas. Em nossa experiência com o uso de “novas” linguagens no ensino de História, compartilhamos das constatações feitas por Selva Guimarães Fonseca quando a autora afirma que:

Enquanto, nos cursos superiores, os temas eram objeto de várias leituras e interpretações e predominava uma diversificação de abordagens, problemas e fontes, nas escolas de ensino fundamental e médio, de uma maneira geral, as práticas conduziam à transmissão de apenas uma história, uma versão que se impunha como a verdade. A formação universitária constituía o espaço da diversificação, do debate, do confronto de fontes e interpretações. A escola, o lugar da transmissão. E o livro didático, na maioria das vezes, a principal – senão a única – fonte historiográfica utilizada por professores e alunos (FONSECA, 2003, p. 60-61).

Foi esta defasagem que observamos ao aproximar universidade e educação básica. Enquanto os licenciandos tinham oportunidades de convivência com teorias e metodologias diversificadas e atualizadas, na educação básica persistia o uso quase que exclusivo do livro didático e a reprodução acrítica dos conteúdos históricos. Esse ambiente escolar, muitas vezes desestimulador e nada propício ao processo de ensino aprendizagem é resultante de inúmeros elementos que precisam ser escancarados e debatidos por todos os envolvidos no âmbito educacional. A defasagem entre o que se aprende na universidade e o que se pratica na educação básica é resultante de um sistema desigual e carente de políticas públicas que precisa ser revisto e atacado na raiz do problema.

DESENVOLVIMENTO

As grandes mudanças políticas e econômicas ocorridas a partir do final do século XX e principalmente a difusão de novas tecnologias colocou em questão o modo tradicional de ensinar. Diante desta situação, profissionais do ensino das diversas áreas do conhecimento e particularmente os professores de História têm se perguntado se é possível desenvolver uma prática de ensino adequada a esse novo tempo, com outras exigências. O curso de extensão acima descrito buscou priorizar um ensino da História em consonância com esta preocupação, tendo como principais objetivos: incorporar novas “linguagens” às aulas de História no ensino básico; propiciar uma interação continuada entre a universidade e as escolas públicas da

educação básica; possibilitar a prática do ensino associado à pesquisa e extensão, integrando didática, docência e pesquisa na formação de futuros professores e dos que já estão atuando em sala de aula (formação continuada ou em serviço); inovar a prática educativa pela aproximação entre teoria e prática; conquistar níveis de competência pedagógica que permitam uma prática educativa inclusiva; e conhecer e discutir as múltiplas abordagens didáticas valorizando os saberes reflexivos do educador e do educando. Em quatro edições consecutivas, o curso desenvolveu e colocou em prática, temáticas variadas:

- a) História e Música: de acordo com Napolitano (2005, p. 7), “A música, sobretudo a chamada ‘música popular’, ocupa no Brasil um lugar privilegiado na história sociocultural, lugar de mediações, fusões, encontros de diversas etnias, que formam o nosso grande mosaico nacional”. Assim sendo, a utilização da música como facilitadora do processo ensino/aprendizagem dos conteúdos de História tem despertado maior interesse por parte dos alunos e demonstrado significativos ganhos, por se aproximar de sua vivência, de seu cotidiano. A música pode ser vista como um documento histórico, e embora não seja produzida com a finalidade didática, transforma-se em recurso didático por meio das metodologias empregadas pelo professor. Nesse processo é preciso transformar a música em objeto de investigação e passar do estágio de ouvir a música como um prazer, diversão e transformar em ação intelectual, pois o professor deve estar atento para incentivar o educando a adquirir uma postura mais complexa, que vai além do ouvir a música simplesmente como deleite. Por isso é importante que o professor conheça e apresente aos alunos a produção teórica sobre os procedimentos para se usar a música no ensino de História, relacionando-a com a prática por meio de exemplos, pois esta linguagem tem apresentado bons resultados no processo ensino/aprendizagem da História. O curso de extensão demonstrou que a educação associada a atividades musicais torna-se mais participativa e desperta maior interesse e motivação no educando.
- b) História e Literatura: a literatura, além de instigante, prazerosa e propiciadora de deleite, pode e deve ser utilizada como recurso didático no ensino de História. Como diz o prêmio Nobel da literatura Mário Vargas Llosa (2004, p.30), “Por si só, a ficção é uma acusação terrível contra a existência, sob qualquer regime ou ideologia: um testemunho contundente das suas insuficiências, da sua inépcia para nos satisfazer”. Nesse mesmo sentido, também Sandra Jatay Pesavento (2003) reforça sobre os ganhos decorridos da aproximação entre as duas áreas do conhecimento ao afirmar: “Ora, História e Literatura são formas distintas, porém próximas, de dizer a realidade e de lhe atribuir/desvelar

sentidos, e hoje se pode dizer que estão mais próximas do que nunca” (PESAVENTO, 2003, p. 32). Esse módulo do curso foi um dos mais exitosos, pois contou com muito envolvimento e entusiasmo tanto dos professores da educação básica e seus alunos, quanto dos graduandos. E de acordo com Ruiz (2003, p.78), “Podemos trabalhar os diferentes modelos históricos através de um documento ou de um texto literário clássico”. Pela experiência no curso de extensão, foi possível perceber que o uso da literatura nas aulas de História possibilitou ao professor mostrar aos educandos uma História menos factual, com mais sensibilidades, emoções e sentimentos. E isto permitiu uma maior atração, atenção e interesse dos educandos pelos conteúdos estudados na disciplina.

- c) História e Cinema: o cinema e/ou filmes fazem parte do cotidiano dos alunos, por isso acreditamos que os professores que pretendem trabalhar com cultura audiovisual em sala de aula, precisam ter um mínimo de conhecimento na área. Caso contrário, correm o risco de se deixar dominar pela estética superficial de uma obra cinematográfica e, transmitindo isso para seus alunos, usar irrefletidamente o filme pelo filme. Já é possível encontrar bibliografia diversificada sobre o uso do cinema na sala de aula, como por exemplo, o livro de Marco Napolitano (2005), *Como usar o cinema na sala de aula*. Na grande maioria das vezes o que se costuma designar como “filme histórico”, por utilizar como pano de fundo de seu enredo algum acontecimento histórico, é, antes de ser um elemento artístico ou informativo, um produto industrial. Um produto de uma indústria caríssima, que passou por diversos filtros, de financeiros a ideológicos, antes de chegar ao público consumidor. Desse modo, os professores precisam conhecer e se familiarizar com esta “ferramenta” para que possam desenvolver uma visão crítica acerca do universo do cinema, compreendendo as particularidades de sua linguagem e seu papel no ensino. Com o curso foi possível conscientizar os professores de que para se utilizar um filme com recurso didático nas aulas de História - e não como “tampa buraco”, quando o professor falta a aula e se utiliza esta estratégia - é necessário estabelecer com clareza os objetivos e nunca utilizar o filme sem a devida preparação e esclarecimento dos estudantes.
- d) História e Patrimônio Histórico: a incorporação do patrimônio histórico e de museus ao ensino de História faz parte dessa nova prática e tem se mostrado vantajosa para o ensino. A educação associada a estas atividades torna-se mais participativa e descentralizada, despertando maior interesse e motivação pessoal no educando. Como bem expressam Almeida e Vasconcellos (1997, p. 107), “O contato com esses documentos materiais, a partir do suporte comunicativo das exposições, permite-nos inserir questões relativas à

constituição de uma memória e da preservação de um passado”. Acreditamos que conhecer o patrimônio histórico e visitar museus torna o ensino mais rico e espontâneo, podendo ainda desenvolver no educando um senso crítico voltado para a valorização e preservação desse patrimônio. Os bens que compõem o patrimônio cultural são espaços educadores privilegiados, pois são considerados como espaços da memória e do conhecimento e se constituem em evidência concreta do cotidiano de grupos sociais do passado.

- e) História e Educação ambiental: a necessidade do estudo da temática do meio ambiente pelos historiadores decorre, principalmente, das formulações propostas pelo Ministério da Educação para o ensino Fundamental e Médio, aliada à ressonância dos graves problemas ambientais no mundo de hoje. Nesse sentido, uma abordagem pelo viés da História Ambiental, nos ajuda a compreender a estreita relação entre homem e natureza e a importância de se conscientizar os alunos desde cedo a se relacionarem de modo saudável com a natureza. Sobre a História Ambiental, Worster (1991, p. 200), afirma que “Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”. O Ministério da Educação coloca a problemática ambiental em foco ao estabelecer os Parâmetros Curriculares Nacionais para o sistema de ensino. Isto significa que o ensino de História deve contemplar a problemática ambiental nas salas de aula, bem como os demais temas denominados transversais. Conforme Carola (2009, p. 199) “Precisamos enfrentar com sabedoria a crise ambiental que já está presente, de uma forma ou de outra, em nosso cotidiano e que ameaça o futuro próximo”, e a escola é um espaço propício para esse enfrentamento, no sentido de esclarecer e conscientizar os educandos. Trabalhar a educação ambiental no curso trouxe resultados muito positivos junto aos participantes, principalmente pela boa receptividade, devido às possibilidades de abordagem que o tema oferece.
- f) História em Quadrinhos: nos últimos anos, as histórias em quadrinhos têm sido utilizadas como recurso didático por muitos professores das diversas disciplinas que compõem o currículo escolar. Nas aulas de História elas podem oferecer variadas possibilidades de uso pelos professores, pois sua produção ajuda os estudantes a compreenderem temas complexos da História, unindo a comunicação verbal com a visual. Seu uso como recurso didático com temas históricos, tem apresentado significativos resultados, embora ainda seja pouco frequente no meio acadêmico. Ao trabalhar com HQ históricas, os professores

podem aproveitar o formato para, de forma lúdica, trabalhar temas que envolvam desde questões da antiguidade, como problemas sociais atuais, como discriminação racial, pobreza e desigualdade, além de política e organização econômica. No desenvolvimento deste módulo em forma de oficina, os participantes tiveram a oportunidade de interagir e vivenciar experiências novas, por meio de sugestões e práticas de como trabalhar em sala de aula (e mesmo fora dela), e o mais importante, tomaram consciência de sua importância e possibilidades no cotidiano da sala de aula.

- g) História e documentos escritos: embora as novas linguagens e metodologias tenham passado a fazer parte do cotidiano de alguns professores na prática do ensino de História, os tradicionais documentos escritos não podem ser deixados de lado. Utilizar documentos históricos na sala de aula requer do professor conhecer e distinguir as especificidades, abordagens e tratamentos dados às fontes. Requer a preocupação de recriar e reconstruir metodologias do saber histórico para situações de ensino/aprendizagem. Os documentos são fundamentais no trabalho de produção do conhecimento histórico e o objetivo principal de sua utilização na sala de aula é o de propiciar aos educandos perceberem que o conhecimento histórico não é algo pronto, estático e acabado, mas ao contrário, que é construído e dinâmico, bem como as continuidades e rupturas entre o passado e o presente. O uso de documentos, conforme Bittencourt (2011, p. 331), “[...] em qualquer situação ou nível escolar, deve favorecer o domínio de conceitos históricos e auxiliar na formulação da *generalização* [...]”. A autora continua sugerindo que um documento, como por exemplo, o texto da Lei Aurea de 13 de maio de 1888, pode ser utilizado para explicar o processo de abolição da escravidão. A experiência do uso de documentos nas aulas de História durante o curso demonstrou que através do contato com a “matéria prima” que é utilizada pelo historiador, os alunos passaram a se interessar mais pelas aulas e a participar de forma mais ativa nas atividades. Percebeu-se uma mudança significativa no comportamento dos educandos, passando de sujeitos passivos, que apenas serviam como receptáculos dos conteúdos ministrados pelo professor, a sujeitos ativos no processo do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o curso, o diálogo constante da universidade com os docentes da educação básica foi muito importante para a compreensão dos reais problemas e dificuldades

encontrados e vivenciados por eles no cotidiano da sala de aula. No decorrer das atividades, alguns pontos foram observados. Em primeiro lugar podemos destacar as dificuldades por parte dos professores da rede pública em participação nesse tipo de atividade. Sabemos que esta questão é complexa, devido às condições de trabalho da maioria dos profissionais da educação básica, principalmente pela extensa carga horária em sala de aula e baixa remuneração, dentre outros.

Outra questão a ser levantada é a da pouca disposição na leitura e discussão de textos teóricos e o desejo por “receitas” prontas. Na maioria das vezes, percebe-se por parte dos participantes do curso, certa resistência ou falta de vontade em ler os textos teóricos sugeridos. Mesmo aparentemente concordando sobre a importância do embasamento teórico para as atividades práticas, são poucos os participantes que se aprofundam na leitura de tais textos. Parte da justificativa para esta atitude pode ser também explicada pela fala de Schmidt, citada acima. Muitas das vezes, não é apenas desinteresse, mas o cansaço e o desânimo diante de sua situação caótica, principalmente pelo excesso de carga horária.

Percebeu-se, também, certa dificuldade por parte dos professores em exercício, em expor suas experiências, ou seja, demonstrar como trabalham os conteúdos em sala de aula. Observamos que embora esses professores tenham algumas boas e positivas experiências com o uso das novas linguagens em suas aulas, sentem-se receosos e constrangidos em expô-las e sociabilizá-las. Procuramos incentivá-los a fazê-lo, pois geralmente são práticas docentes interessantes que contribuem para a discussão e para o aprendizado. O que fica mais evidente neste aspecto é, como dito anteriormente, a carência de embasamento teórico em suas tentativas de trabalhar com linguagens e metodologias tidas como inovadoras. Embora alguns professores tenham vontade e interesse em diversificar sua prática em sala de aula, muitas das vezes não sabem como fazer, ou seja, tentam desenvolver uma metodologia diferente sem a devida preparação com embasamento teórico.

Outro ponto a ser destacado é o da necessária, mas nem sempre fácil interação entre professores em exercício e professores em formação. Este foi um dos principais objetivos do curso e talvez a parte mais rica da experiência, pois acreditamos que é a partir do diálogo entre universidade e escolas da educação básica que percebemos as lacunas e as necessidades para a abordagem de novos temas, teorias e metodologias. A realidade em que o professor em exercício na educação básica está inserido é muito diferente da realidade vivenciada pelo licenciando em formação. Essa diferença de perspectiva, visão e lugar de fala e prática entre as duas posições faz gerar uma tensão que incomoda a ambas as partes. Por um lado, o professor em exercício, apesar de uma maior experiência de docência, geralmente enfrenta

inúmeras dificuldades no exercício de sua profissão, como por exemplo, indisciplina, carga horária excessiva e salários baixos, por outro lado, o licenciando, embora com bibliografia atualizada e familiaridade com as novas metodologias de ensino, falta-lhe a segurança e prática no exercício da docência. Mas como diminuir esta defasagem e possibilitar a formação continuada aos professores em exercício, com uma carga horária que geralmente já é exaustiva? Daí a necessidade de políticas públicas de formação continuada e melhores condições de trabalho para diminuir a defasagem entre o graduando de licenciatura e o professor em exercício.

Portanto, a opção em trabalhar com novas abordagens, metodologias e linguagens exige uma postura teórica diferenciada da tradicional. Os profissionais do ensino de História tentam encontrar novas maneiras de lidar com tais mudanças e adequar o ensino da disciplina utilizando-se de novas tecnologias e explorando novos objetos e abordagens na sala de aula. Nesse processo, o diálogo entre professores universitários, graduandos e professores do ensino básico por meio de atividades de extensão, por exemplo, é uma forma de diminuir a distância entre o conhecimento histórico produzido a partir desta nova visão e a práxis da sala de aula nas escolas de ensino Fundamental e Médio. Segundo Carla Bassanezi Pinsky,

Os currículos escolares e o próprio trabalho em sala de aula têm procurado acompanhar o desenvolvimento dos estudos históricos nas universidades. A velha História de fatos e nomes já foi substituída pela história Social e Cultural; os estudos das mentalidades e representações estão sendo incorporados; pessoas comuns já são reconhecidas como sujeitos históricos; o cotidiano está presente nas aulas e o etnocentrismo vem sendo abandonado em favor de uma visão mais pluralista (PINSKY, 2009, p.7).

Nossa experiência tem mostrado que na educação básica ainda persiste muito do ensino tradicional, e quando o professor se aventura a utilizar uma nova metodologia, não se preocupa em conhecer teoricamente suas especificidades. A aproximação da universidade com as escolas da educação básica pode e deve estreitar os laços entre elas de forma a possibilitar uma rica troca de experiências. Nessa perspectiva, a formação continuada deve ser vista como tão importante quanto à formação inicial, pois seus objetivos devem ser a preocupação com uma contínua atualização, qualificação e capacitação do docente para que sua prática esteja coerente com os avanços teórico-metodológicos e domínio dos conhecimentos da área em que atua, visando assim à superação de problemas e lacunas da sua formação inicial, devido à emergência de novos saberes de sua área de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa reflexão, constatamos que o diálogo entre universidade e educação básica é ainda muito acanhado, e, devido à sua importância, o mesmo carece de maior atenção e de ações que garantam que esse diálogo aconteça de modo contínuo, mesmo quando não há mais vínculo formal entre o professor em exercício na educação básica e a instituição universitária. Quanto à formação continuada, esta pode suprir as lacunas no que se refere ao uso de novas linguagens no ensino de História, pois professores em exercício por longo período podem não ter tido a oportunidade de conhecer as especificidades do uso de novas metodologias no processo ensino aprendizagem.

Portanto, defendemos que um passo fundamental em nossa realidade complexa no ensino, é o diálogo contínuo e direto entre as duas instâncias de ensino, visando à troca de experiências e busca de soluções para os problemas que ora enfrentamos. Nesse sentido, esse diálogo precisará perpassar todo o processo de formação do professor, desde sua fase inicial e persistir na formação continuada. Não há dúvida de que nossa realidade escolar atual precisa ser problematizada e questionada, e acreditamos que é no pensar, repensar e reinventar a escola e o ensino que conseguiremos avançar em nosso fazer cotidiano tanto na universidade quanto nas escolas de educação básica.

O problema do não envolvimento de importantes segmentos da sociedade nas discussões e decisões políticas para a educação, e a não participação dos setores mais interessados na elaboração de políticas educacionais, gera certa falta de comprometimento na efetivação das mesmas. Para se alcançar legitimidade e participação de gestores, professores, pais e estudantes nas políticas educacionais, é imprescindível que os mesmos sejam envolvidos nos debates e decisões antes de serem colocados em prática.

Nesse sentido, apesar da necessidade de políticas públicas, estudos, debates e incentivos voltados para a educação, o uso das diferentes linguagens no ensino de História pode contribuir para diminuir a distância entre a universidade e a educação básica e para a formação da consciência histórica, favorecendo uma aprendizagem mais significativa, ou seja, um ensino/aprendizagem de História mais crítico, democrático e prazeroso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que Visitar Museus. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- AUSUBEL, David P., NOVAK, Joseph D., HANESIAN, Helen. *Psicologia educacional*. Tradução Eva Nick. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História fundamentos e métodos*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAROLA, Carlos Renato. Meio Ambiente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos Temas nas Aulas da História*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- LLOSA, Mário Vargas. *A Verdade das Mentiras*. Tradução: Cordelia Magalhães. São Paulo: Arx, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. A televisão como Documento. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Novos Temas nas Aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2009.
- RUIZ, Rafael. Literatura: Novas formas de abordar o ensino de História. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A Formação do Professor de História e o cotidiano na Sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.
- WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 4, N.8, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1991.